

SILVIA RODRÍGUEZ MAESO, ANA CRISTINA SANTOS,  
DANIELA NASCIMENTO

## Repensar os sentidos da justiça: epistemologias, legalidades e resistências. Uma introdução

Quando a direção da *Revista Crítica de Ciências Sociais* desafiou a coordenação da linha temática “Democracia, justiça e direitos humanos” (LT DemoJUST) do Centro de Estudos Sociais (CES) para a organização de um *dossier* temático, acolhemos com entusiasmo o repto. Um dos principais objetivos era disseminar a investigação desenvolvida no âmbito da LT DemoJUST e destacar as temáticas e abordagens teórico-analíticas transversais a esta linha, não só a partir do trabalho dos/as investigadores/as do CES, mas também dos/as investigadores/as com quem temos formado redes e colaborações tanto na investigação como no ensino, a nível nacional e internacional.

A decisão de focar o *dossier* temático nos *sentidos da justiça* permite-nos, por um lado, aprofundar o debate teórico-analítico em torno dos estudos empíricos do direito, e, por outro, dar visibilidade a campos de estudo interdisciplinares e temáticas centrais ao projeto científico do CES e da LT DemoJUST. A justiça, entendida como um conjunto de práticas, continua a ser um conceito central para analisar a construção de sentidos sobre relações de opressão e projetos de libertação e resistência desde o Sul e o Norte globais. Assim, os artigos deste *dossier* enquadram-se em áreas tão variadas como os estudos raciais críticos e o pensamento radical negro, a sociologia jurídica das desigualdades sociais, os estudos de género e a criminologia crítica, os estudos trans e sexualidades não-normativas, ou os estudos legais críticos e o direito penal internacional.

A partir desta diversidade de abordagens e campos científicos, os artigos questionam os sentidos da justiça que emanam dos discursos e práticas dos sistemas de justiça de matriz estatocêntrica, assim como aqueles que se constroem em processos de luta coletiva dentro e nas margens do Estado. Nesse sentido, este *dossier* temático aborda as duas dimensões que, segundo Peter

Fitzpatrick (2008, pp. 36–37)<sup>1</sup>, caracterizam o direito ocidental moderno: a dimensão *relacional* do direito, que alude ao que o direito oferece como possibilidade, o que pode ser e fazer, uma vez que o direito emana da diversidade dos seus vínculos com outras relações sociais permanecendo aberto a certa indeterminação e, portanto, constituindo-se enquanto campo de luta e resistência; e a dimensão *transcendental* do direito, que o protege de qualquer ingerência alheia. Neste contexto, o direito, com identidade própria, seria impermeável a outras relações e esferas sociais, ancorado na soberania do Estado (e, podemos adicionar aqui, na ordem imperial em que este se insere), gerando um sistema de interpretação focado na sobrevivência do próprio Estado e das relações de poder que o sustentam.

Propomos um possível guia de leitura dos trabalhos que compõem este *dossier* temático, destacando os conceitos, os processos sociopolíticos e as abordagens analíticas que nos levam a debater os sentidos da justiça a partir dessa dupla dimensão do direito, mas também nos convidam a pensar em processos de construção de sentido para além do direito. Adailton Moreira Costa e Thula Pires, em “Nossa luta é por justiça: racismo religioso, epistemicídio e justiça estadocêntrica no Brasil”, trazem o conceito de justiça, proposto pelas figuras de liderança de comunidades tradicionais de matrizes africanas no Brasil, como o mais apropriado para a afirmação de direitos e realização do bem viver, num contexto marcado pelas formas contemporâneas do genocídio antinegro. O texto convoca-nos a compreender os sentidos de justiça da comunidade de terreiro Ilê Axé Omiojuarô – fundada pela Iyalorixá Beata de Iyemonja no município de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro –, constituídos fora das práticas do sistema de justiça de matriz estatocêntrica que, apesar da criminalização do racismo religioso, resiste a confrontar a perseguição histórica sofrida pelas religiões de matrizes africanas e os seus legados.

Em “Azeitonas, pão e kebab: uma abordagem sociojurídica dos usos da comida como instrumento de opressão e resistência”, Patrícia Branco e Valerio Nitrato Izzo transportam os/as leitores/as por diversas geografias do Norte e Sul global com um denominador comum: a comida enquanto materialização de lutas de resistência por direitos fundamentais e de processos de regulação e controlo social e racial. O artigo analisa, assim, distintas dimensões jurídicas, sociais e políticas do direito à alimentação: a luta pelo direito humano à alimentação na Faixa de Gaza, onde a destruição do sistema alimentar pelo Estado de Israel é parte fundamental do seu projeto

<sup>1</sup> Fitzpatrick, P. (2008). Law as resistance. In *Law as resistance. Modernism, imperialism, legalism* (pp. 35–39). Ashgate. (Trabalho original publicado em 1992)

genocida; a criminalização da solidariedade como estratégia do populismo neoliberal para exacerbar a precariedade social em diversos contextos da União Europeia, marcados pelas lutas da população migrante e refugiada; e a regulação do decoro urbano pelos poderes locais italianos, que expandem a reivindicação xenófoba e racista da italianidade – representada numa tradição gastronômica supostamente genuína –, a qual deve ser protegida face a sujeitos vistos como indesejáveis.

Por seu lado, Madalena Duarte aborda o papel das emoções no direito penal português como caminho analítico para entender os sentidos da justiça no Estado de direito e para explicar como este qualifica o crime de homicídio em contexto de intimidade. Neste contexto, os sentidos da justiça são também uma lente para refletir sobre o “amor romântico” como noção culturalmente partilhada que molda o nosso entendimento genderizado e heterocisnormativo da paixão e os comportamentos a ela associados. “Amor, género e justiça: uma análise das emoções a partir dos homicídios e femicídios em contexto de intimidade” discute a introdução da categoria jurídica e política de femicídio, que tem ganho centralidade no discurso e na prática jurídica desde meados dos anos 1990, e o seu potencial para compreender a violência em estruturas patriarcais dominantes.

No campo dos estudos trans e denunciando a heterocisnormatividade, Konstantinos Argyriou e Lucas Platero Méndez adentram-se na legislação específica que garante direitos das pessoas trans na Comunidade Autónoma de Madrid, Espanha, mais especificamente aquela que permite a alteração do nome e sexo no registo civil. “Transmedicalismo e injusticia epistémica: el caso de Marisela y el Registro Civil en la Comunidad de Madrid” aborda a forma como o transmedicalismo – dominante nas práticas em contextos biomédicos, administrativos e legais – produz injustiça epistémica, isto é, inviabiliza que as pessoas trans possam autodefinir-se, legitimar-se e produzir conhecimento sobre si próprias. A história de Marisela, uma mulher trans na casa dos 60 anos, convida-nos a refletir sobre a relação entre autoridade testemunhal e despossessão nas metodologias de investigação social, e sobre os limites das leis baseadas na autodeterminação de género em contextos ainda dominados por discursos e práticas biomédicas hegemónicas.

Finalmente, em “Palestine and the limits of international law”, Tor Krever parte dos mandatos do Tribunal Penal Internacional para investigar líderes políticos do Estado de Israel com o propósito de nos desafiar a adotar um olhar crítico em relação ao papel do direito internacional na construção de projetos políticos emancipatórios. Uma compreensão histórica do genocídio em curso do povo palestino em Gaza requer um questionamento dos dispositivos jurídicos de responsabilização individual (por exemplo,

a possibilidade de Benjamin Netanyahu vir a ser julgado por crimes de guerra e crimes contra a humanidade) e dos seus limites para analisar e, eventualmente, condenar as estruturas e práticas imperiais e coloniais que têm legitimado a existência do Estado de Israel. Face à legalidade do direito internacional como único horizonte de resistência política, urge a recuperação e a reinvenção do vocabulário e práticas do movimento anti-imperialista dos povos do Sul global.

Lidos de forma individual ou integrada, os diferentes contributos que constituem este *dossier* temático abrem caminhos e desenham possibilidades para repensar os sentidos da justiça, nomeadamente a partir de uma atenção crítica às epistemologias, legalidades e resistências.

Revisto por Ana Sofia Veloso

---

### **Silvia Rodríguez Maeso**

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra  
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal  
Contacto: srodrig@ces.uc.pt  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2607-5206>  
Contributos: Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição.

### **Ana Cristina Santos**

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra  
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal  
Contacto: cristina@ces.uc.pt  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9597-7150>  
Contributos: Redação – revisão e edição.

### **Daniela Nascimento**

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra | Centro de Estudos Sociais,  
Universidade de Coimbra  
Av. Dr. Dias da Silva, 165, Celas, 3004-512 Coimbra, Portugal  
Contacto: danielan@fe.uc.pt  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9521-6047>  
Contributos: Redação – revisão e edição.

<https://doi.org/10.4000/14y4g>

